- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB3A1-I

Ao final do período de revoluções e guerras que caracterizaram a virada do século XVIII para o XIX, os recém-emancipados países da América e os antigos Estados europeus se viram diante da necessidade de criar estruturas de governo, marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência. Os arquitetos da nova ordem se inspiraram em fontes antigas e modernas: de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) e Políbio (c.200 a.C. – c.118 a.C.) a John Locke (1632 – 1704) e Montesquieu (1689 – 1755). Um dos principais problemas com os quais lideranças e pensadores políticos se confrontaram estava materializado em uma passagem do poeta satírico romano Juvenal (c.55 – c.127), em que se lê: "*Quis custodiet ipsos custodes*?", traduzida como "Quem vigia os vigias?" ou "Quem controla os controladores?".

"Uma coisa é teorizar sobre a separação em três poderes, como lemos em Montesquieu. Outra coisa é colocar em prática", observa a historiadora Monica Duarte Dantas, do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. "Aí surgem os problemas, porque um poder pode tentar assumir as atribuições de outro. Não era possível antever todas as questões que iriam aparecer, até porque havia assuntos que diziam respeito a mais de um poder. Na prática, era preciso definir a quem competia o quê. Essas questões emergiram rapidamente nos séculos XVIII e XIX, quando se tentou colocar em prática a separação de poderes."

Alguém que acompanhasse os trabalhos de elaboração de textos constitucionais no início do século XIX não necessariamente apostaria que, ao final desse período, estaria consolidado um modelo de organização do Estado em que o poder se desdobraria em três partes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, conforme apresentado pelo filósofo francês Montesquieu em **O espírito das leis** (1748). Havia projetos com quatro, cinco ou até mais poderes. Na França, o filósofo político franco-suíço Benjamin Constant (1767 – 1830) imaginou meia dezena: o Judiciário, o Executivo, dois poderes representativos, correspondentes ao Legislativo — o da opinião (Câmara Baixa) e o da tradição (Câmara Alta) —, e um poder "neutro", exercido pelo monarca. O revolucionário venezuelano Simon Bolívar (1783 – 1830) chegou a formular a ideia, em 1819, de um "poder moral" que deveria cuidar, sobretudo, de educação.

As mesmas preocupações estavam na cabeça dos deputados na primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823. Até que, em novembro, o conflito de poderes se concretizou: tropas enviadas pelo imperador Dom Pedro I (1789 – 1834) dissolveram a assembleia. Em março do ano seguinte, quando o imperador outorgou a primeira Constituição brasileira, ela se afastava pouco do projeto elaborado em 1823, mas continha uma diferença crucial: os poderes eram quatro e incluíam um Moderador.

Entretanto, só em dois países esse quarto poder chegou a ser formalmente inscrito no texto constitucional, como uma instituição em separado. O Brasil, com o título 5.º da Constituição de 1824, e Portugal, em 1826, com a Carta Constitucional outorgada também por Dom Pedro — em Portugal, IV, e não I —, no breve período de seis dias em que acumulou a coroa de ambos os países. As funções do Poder Moderador, tanto na doutrina de Constant quanto na Constituição brasileira, guardam semelhanças com algumas das funções que hoje cabem às cortes supremas — no Brasil, ao Supremo Tribunal Federal (STF). Trata-se de garantir que a atuação dos poderes, seja na formulação de leis, seja na administração pública ou no julgamento de casos, não se choque com as normas constitucionais.

Diego Viana. Experimentação constitucional fomentou criação de Poder Moderador. *In*: **Revista Pesquisa FAPESP**, ago./2022 (com adaptações).

Considerando os sentidos e a organização do texto CB3A1-I, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se do texto que, na passagem do século XVIII para o XIX, países da Europa e novíssimas nações americanas se depararam com problemas e necessidades políticas que lhes demandaram, paralelamente, uma transição nas suas formas de governo.

2 Infere-se do texto que, no Brasil, o Poder Moderador, criado pela Constituição de 1824, tinha características que podem ser vinculadas à ideia do poeta romano Juvenal, citada no primeiro parágrafo.

3 Infere-se do texto que efetivar, na realidade, a separação entre os poderes do Estado é mais difícil que teorizar sobre esse tema.

4 Conclui-se da citação da historiadora no segundo parágrafo do texto que ela considera desejável que os poderes compartilhem atribuições.

5 Entende-se do texto que a tripartição dos poderes não era uma unanimidade no momento da elaboração dos textos constitucionais no início do século XIX.

6 De acordo com o texto, foi a Assembleia Nacional Constituinte de 1823 que provocou, no Brasil, um conflito entre poderes.

Em relação a aspectos linguísticos e à estruturação do texto CB3A1-I, julgue os itens subsequentes.

7 No final do último parágrafo, o trecho "não se choque" poderia ser substituído por **não seja chocada**, mantendo-se os sentidos originais do texto e sua correção gramatical.

8 O termo "crucial" (último período do quarto parágrafo) é empregado no texto como sinônimo de **decisivo**, **importante**.

9 A oração "marcando a transição do Antigo Regime ao constitucionalismo e do colonialismo à independência" (primeiro período do primeiro parágrafo) expressa uma oposição à informação apresentada na oração imediatamente anterior.

10 Predomina no texto a tipologia textual argumentativa.

11 Quanto ao gênero textual, é correto classificar o texto como uma resenha, visto que sua estrutura se fundamenta na análise de outros textos.

12 No início do terceiro parágrafo, o trecho "Alguém que acompanhasse" poderia ser substituído por **Caso se acompanhassem**, mantendo-se a correção gramatical do texto.

13 No início do quinto parágrafo, o vocábulo "Entretanto" introduz uma ideia de conclusão em relação ao que é expresso no parágrafo imediatamente antecedente.

14 No último período do quarto parágrafo, a forma verbal "continha" estabelece concordância com o mesmo referente da forma pronominal "ela" — "a primeira Constituição brasileira".

15 No segundo período do quinto parágrafo, o vocábulo "que" retoma "Dom Pedro".

Com base nas regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

16 A instauração do processo administrativo que tenha por escopo o acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na lei em apreço.

17 Na aplicação de multa a pessoa punida pela referida lei, valor máximo da multa será de R$ 60.000.000,00, quando for inviável a utilização do faturamento bruto dessa pessoa jurídica.

18 O prazo para defesa no processo administrativo instaurado com base na lei em questão será de trinta dias, contados da intimação.

Julgue os seguintes itens à luz da Lei n.º 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, e suas alterações.

19 As penalidades previstas na lei em apreço são aplicáveis ao particular que induzir culposamente a prática do ato de improbidade.

20 A perda patrimonial decorrente de atividade econômica, por si só, não é capaz de caracterizar ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário.

21 A conduta praticada com base em divergência interpretativa de lei, fundada em jurisprudência não pacificada, caracteriza ato de improbidade administrativa.

Acerca da organização, das atribuições e do Estatuto do Ministério Público da União (E-MPU) e da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, julgue os itens que se seguem.

22 Na hipótese de o chefe do Poder Executivo não efetivar a nomeação do procurador-geral de justiça no prazo legalmente estabelecido, será investido automaticamente no cargo para exercício do mandato o membro do Ministério Público mais antigo entre os que compuserem a lista tríplice.

23 O MPU, no exercício do controle externo da atividade policial por meio judicial ou extrajudicial, poderá ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.

24 O Conselho Superior do Ministério Público Federal, presidido pelo procurador-geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público Federal.

Julgue os itens que se seguem, relativos ao Regimento Interno do CNMP.

25 Em regra, a Ouvidoria Nacional do CNMP não processará solicitações anônimas, mas poderá resguardar a identidade do solicitante quando houver fundada circunstância que justifique essa medida.

26 Os prazos em dias nos processos que tramitarem no CNMP serão computados em dias úteis.

27 No âmbito dos processos que tramitarem no CNMP, serão autuadas como notas técnicas as solicitações de manifestação do entendimento desse conselho em determinado assunto ou documento, seja para divulgação pública, seja para encaminhamento a órgão da administração.

Em relação ao orçamento da União, julgue os itens que se seguem.

28 O estado democrático de direito determina que a lei orçamentária deve abarcar todos os programas governamentais e que nenhum deles pode ser executado sem ter passado pelo rito tradicional de tramitação e aprovação da referida lei.

29 Atualmente, por força do orçamento impositivo, observadas as ressalvas da lei, o Poder Executivo é obrigado a executar a programação das emendas individuais dos parlamentares encartadas na peça orçamentária da União.

No que diz respeito ao processo orçamentário, julgue os itens a seguir.

30 O orçamento público é uma peça contábil que, depois de aprovada, é utilizada pelo governo para registrar as despesas e autorizar as receitas que serão utilizadas para pagar os gastos consignados.

31 O Poder Legislativo, ao votar o texto da lei orçamentária anual, pode revisar, incluir e até mesmo excluir as metas e os programas já planejados ou aprovados pelo Poder Executivo.

32 O prazo de vigência do orçamento público equivale a um exercício financeiro.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere a ferramentas para edição de documentos, a comunicação e a navegação na Internet.

33 No MS Word, a opção Compartilhar permite enviar uma cópia do documento em edição para uma rede social à escolha do usuário.

34 Quando o Google Chrome é utilizado para navegação na Internet sem que esteja na opção de modo anônimo, os endereços dos *sites* visitados são armazenados no computador do usuário.

35 O MS PowerPoint é uma ferramenta que permite salvar uma apresentação no formato `.pdf`.

36 Caso se deseje anexar um arquivo de texto, vídeo ou imagem a uma mensagem de *email* criada no MS Outlook, pode-se buscar o arquivo nas unidades de armazenamento disponíveis no computador do usuário ou no OneDrive.

37 Programas de navegação na Internet oferecem a opção de salvar favoritos, em que as páginas visitadas ficam gravadas localmente na máquina do usuário para acesso futuro em modo *offline*.

Com relação a procedimentos de segurança no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

38 O *firewall* é uma ferramenta de segurança que impede acessos indevidos por parte de *hackers* ao computador.

39 No Windows, a opção Criar Imagem do Sistema permite que seja criada uma cópia do estado atual do sistema operacional para futura recuperação de configurações ou de arquivos, em caso de perdas.

40 No OneDrive, um arquivo poderá ser aberto no modo *online* e, se necessário, ser editado em modo *offline*.

Acerca do Ministério Público, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e dos Poderes da República, julgue os itens a seguir à luz do disposto na Constituição Federal de 1988.

41 Compete ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) processar e julgar, originariamente, as ações contra o CNMP.

42 O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo procurador-geral da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

43 Compete ao CNMP o controle do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e de seus servidores administrativos.

44 Os membros do CNMP são processados e julgados, nos crimes de responsabilidade, pelo Senado Federal.

45 Compete ao presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, bem como propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional nos casos previstos na norma constitucional.

Determinado órgão do Ministério Público da União (MPU) decidiu contratar empresa para a realização de serviço cujo valor total envolvido era de R$ 45.000. Ticiano, servidor responsável pela execução do contrato, resolveu realizar a contratação direta, por entender que era cabível licitação dispensável no caso. Entretanto, Maria, chefe de Ticiano, determinou que a contratação fosse efetivada por inexigibilidade. Por sua vez, Ticiano informou que não iria cumprir a determinação superior por considerar a ordem ilegal.

Considerando a situação hipotética apresentada e a Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens seguintes, a respeito dos poderes e processos administrativos.

46 O MPU é órgão público integrante da administração pública indireta da estrutura descentralizada da União e, por isso, está abrangido pelas disposições da lei de licitações.

47 Assiste razão a Ticiano, uma vez que cabe contratação direta por licitação dispensável no caso.

48 Ao descumprir uma ordem advinda do seu superior, Ticiano afrontou o poder administrativo hierárquico.

49 Segundo a Lei n.º 9.784/1999, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

50 De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, as ordens superiores, mesmo quando manifestamente ilegais, devem ser cumpridas.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Procurador-geral do Ministério Público de certo estado tem recebido, recentemente, ameaças de morte de uma facção criminosa. Por motivos de agenda relevante, o procurador-geral deve comparecer a um enterro de pessoa pública e notória, amplamente divulgado pela mídia.

Tendo em vista essa situação hipotética, julgue os itens seguintes, relativos à segurança de dignitários.

51 Conforme o modelo tradicional, o planejamento tático operacional durante o enterro deverá considerar a divisão da equipe em três grupos, a saber: segurança aproximada, velada e ostensiva.

52 O horário de início e encerramento do evento, a sequência de protocolos estabelecidos pelo cerimonial, identificação de saídas de emergência, controles de acesso, local de embarque e desembarque, fazem parte da etapa do planejamento tático denominada reconhecimento.

53 O enfoque do planejamento tático que envolve a segurança do dignitário deverá ser essencialmente repressivo.

54 O agente de segurança denominado mosca, deverá ser posicionado o mais distante possível do dignitário, de modo a dissuadir qualquer movimento atentatório.

Julgue os itens a seguir, com base na Resolução CNMP n.º 116/2014.

55 Cabe ao procurador-geral de cada unidade do Ministério Público, por meio do órgão de segurança institucional, a adoção das medidas protetivas, inclusive a proteção pessoal de seus familiares que estejam sujeitos a riscos ou ameaça à integridade física.

56 O perfil do ameaçado, as características locais e regionais de criminalidade e a base de dados estatísticos são fatores que devem ser considerados na gestão de riscos.

57 Uma vez caracterizada uma situação de risco em grau confiável de grave ameaça, a gestão de riscos deverá ser mantida e periodicamente reavaliada durante o tempo em que o servidor ameaçado estiver vinculado profissionalmente à instituição.

58 Para receber proteção pessoal da instituição, o protegido deverá submeter-se a normas e protocolos de segurança, assinando a sua concordância com tais regramentos em termo próprio, de modo a minimizar os riscos pessoais, de terceiros e institucionais.

No que se refere a noções de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

59 Para determinar o grau de sigilo da informação, é necessário que sejam observados o interesse público da informação e a utilização do critério menos restritivo possível.

60 São princípios da segurança da informação, entre outros, a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade.

61 A identificação de ameaças no contexto da gestão de riscos compreende todos os eventos de origem exclusivamente humana, acidentais ou intencionais, que podem comprometer informações e processos.

62 No âmbito organizacional, para a configuração do risco de segurança da informação é preciso haver, entre outros aspectos, impacto negativo significante e possibilidade de ocorrência do risco.

Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue os itens a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

63 Em uma promotoria de justiça as áreas classificadas como livres, de regra, impõem o controle de acesso ao público.

64 As barreiras para impedir o acesso físico de pessoas se aplicam aos perímetros externos, não se estendendo aos perímetros internos, cujas linhas de proteção são constituídas por outras ferramentas ou mecanismos, de acordo com a avaliação de risco do local.

65 A teoria das esferas concêntricas considera medidas de segurança em todas as dimensões, incluindo-se os espaços aéreo e subterrâneo.

66 Os cabeamentos da rede elétrica e os quadros de energia, tanto nas áreas externas quanto nas áreas externas, devem estar sob acesso restrito e os quadros devem estar trancados com chaves ou outros dispositivos similares.

Acerca do gerenciamento de crises, julgue os itens a seguir.

67 A imprevisibilidade, a compressão do tempo e a ameaça à vida e(ou) ao patrimônio, sob o aspecto da segurança institucional, são características gerais de uma crise.

68 O gerenciamento de crises alcança somente os cenários de crises já instaladas ou em ocorrência, criando protocolos e procedimentos distintos para a mera ameaça de crise.

Com base na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SBI), julgue os itens a seguir.

69 A dignidade da pessoa humana é expressamente prevista como fundamento do SBI.

70 Denomina-se inteligência brasileira aquela cujo objetivo principal é neutralizar a inteligência adversa.

71 A avaliação das ameaças à ordem constitucional, tanto internas quanto externas, compete à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

72 O controle e a fiscalização internos e externos da atividade de inteligência, outrora atribuições do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), atualmente são realizados pela Casa Civil da Presidência da República.

73 O orçamento geral da União contempla, anualmente, rubrica sigilosa específica para as atividades da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

74 A nomeação do diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) depende da aprovação do Senado Federal.

À luz do Decreto n.º 4.376/2002, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do SBI, julgue os seguintes itens.

75 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) integra o SBI, estando vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

76 O Centro de Inteligência Nacional tem a atribuição de coordenar a articulação do fluxo de dados e informações oportunas e de interesse da atividade de inteligência do Estado, com o fito de subsidiar a tomada de decisão do diretor-geral da ABIN.

77 A participação no Conselho Consultivo do SBI é considerada prestação de serviço público relevante e não é remunerada.

78 O Conselho Consultivo do SBI é um colegiado de assessoramento à Casa Civil da Presidência da República.

79 Representantes do Banco Central do Brasil, do Banco do Brasil S./A. e da Caixa Econômica Federal compõem o Conselho Consultivo do SBI.

80 Os membros do Conselho Consultivo do SBI recebem a credencial de segurança no grau secreto.

No que se refere à gestão de conflitos, julgue os itens que se seguem.

81 O tiro de comprometimento é um aspecto operacional que não pode ser utilizado no gerenciamento de crise quando houver refém.

82 No perímetro tático interno para gerenciamento de crises, poderão permanecer os perpetradores, os reféns, quando houver, os policiais que tenham sido designados e a mídia.

83 Nos processos de negociação orientada por princípios, os quatro elementos que definem procedimentos são pessoas, interesses, opções e critérios.

84 O posto de comando tático do comandante do grupo tático localiza-se entre o perímetro interno e o público.

85 Para a tomada de decisão, há três critérios de ação, que são a necessidade, a validade do risco — para a qual existem fatores de ordem subjetiva e objetiva — e a aceitabilidade.

86 Classifica-se como de altíssimo risco uma situação na qual terroristas armados de metralhadoras ou de outras armas automáticas mantenham oitenta reféns a bordo de uma aeronave.

Acerca de noções de combate a incêndio, julgue os itens a seguir.

87 Para um prédio que possua o habite-se expedido pelo corpo de bombeiros, a manutenção predial poderá ser esporádica e facultativa.

88 A manutenção predial deve ser implementada e acompanhada a fim de prevenir incêndios e reduzir ou corrigir problemas de ordem estrutural, hidráulica ou elétrica.

89 A correta identificação, descrição e localização dos controles de operação do edifício, com destaque para os dispositivos de segurança e combate a incêndios, o registro da rede hidráulica e as chaves disjuntoras das instalações elétricas, têm relação direta com as boas práticas para a prevenção e proteção contra incêndios.

90 A troca da fiação elétrica da cobertura de um prédio, em razão do risco de incêndio por ocasião de chuvas fortes, é uma obra classificada como necessária.

91 A criação e a sinalização de rotas de fuga fazem parte do sistema de combate a incêndio.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos seguintes itens empregados no combate a incêndios: extintores, mangueiras e hidrantes.

92 A cada biênio os extintores de incêndio devem passar por manutenção, que deve ser realizada por empresa especializada e com notório saber técnico, para verificar se cada extintor possui carga e está apto para pleno funcionamento.

93 Extintores de incêndio devem ser recarregados uma vez por ano e conter o selo do INMETRO.

94 As mangueiras dos hidrantes devem ser desenroladas e submetidas a teste hidroestático para verificar se há algum vazamento nelas.

95 Os hidrantes devem ser checados a cada vinte e quatro meses.

96 A empresa contratada para a manutenção pode recolher os extintores para recarga sem a necessidade de reposição temporária, desde a devolução dos extintores seja feita em até 24 h.

97 Mangueira, adaptador, chave e esguicho são componentes obrigatórios de um hidrante.

Julgue os itens seguintes, relativos a iluminação de emergência e sinalização de rota de fuga.

98 Excetuada a porta corta-fogo de acesso externo ao prédio, todas as demais portas corta-fogo do prédio devem estar totalmente desobstruídas e jamais trancadas.

99 Em um prédio, a rota de fuga deve ser sinalizada com cartazes fotoluminescentes e todos os pavimentos devem ter placas mostrando o respectivo andar e para qual sentido é o térreo e(ou) a rota de fuga, além da indicação de onde estão hidrantes, extintores e alarme.

100 As portas corta-fogo devem fechar-se espontaneamente após serem abertas; por isso, recomenda-se que elas passem por manutenção a cada seis meses, realizada por empresa especializada.

101 A empresa contratada para a manutenção de portas corta-fogo não precisa de certificação especial, desde que seus técnicos tenham conhecimento especializado em manutenção desse tipo de porta.

Com referência a primeiros socorros, julgue os próximos itens.

102 Em casos de parada respiratória, deve-se realizar o procedimento de ressuscitação cardiopulmonar, que consiste em fazer trinta compressões torácicas, com pausa de dois segundos entre cada compressão, até a chegada da equipe de socorro.

103 Nos primeiros socorros, a avaliação inicial consiste em chamar a vítima, verificar se ela responde ao chamado, se está consciente e respirando.

À luz da Lei n.º 10.826/2003, que dispõe sobre o registro, a posse e a comercialização de armas de fogo e munição, e da Resolução Conjunta CNMP/CNJ n.º 4/2014, referente ao porte de arma de fogo no âmbito do Ministério Público brasileiro, julgue os itens a seguir.

104 Na tipificação do crime de omissão de cautela, a arma de fogo é o único objeto material previsto pela Lei n.º 10.826/2003.

105 A Polícia Federal é responsável pela guarda e manutenção das armas de fogo do CNMP, bem como da respectiva munição e dos acessórios, devendo manter rigoroso controle de utilização em que constem o registro da arma, sua descrição, o número de série e calibre, a quantidade e o tipo de munição fornecida, a data e o horário de entrega e a descrição sucinta da atividade a ser desenvolvida pelo servidor do CNMP que portá-la.

106 Somente possui relevância jurídica a arma de fogo de produção industrial, excluindo-se, portanto, as fabricadas artesanalmente.

Acerca dos crimes de resistência, desobediência e desacato, previstos no Código Penal, e dos crimes de menor potencial ofensivo previstos na Lei n.º 9.099/1995, julgue os itens seguintes.

107 Os crimes de resistência, desobediência e desacato, em qualquer de suas modalidades, são infrações penais de menor potencial ofensivo.

108 A conduta de um indivíduo que, mediante violência, se opõe à execução de mandado de prisão e provoca lesões corporais em policial militar que tenta executar a medida deverá ser tipificada ou como crime de resistência, ou como crime de lesão corporal, dado que ninguém pode ser responsabilizado por dois crimes em razão de um único fato, em observância ao princípio da vedação ao *bis in idem*.

109 Caso um técnico administrativo incumbido de zelar pela segurança institucional do CNMP tome conhecimento da prática de infração penal de menor potencial ofensivo na sede desse órgão, ele deverá lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado criminal, especificando o autor do fato e a vítima.

110 Entre as medidas despenalizadoras previstas na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes de menor potencial ofensivo, encontram-se a composição dos danos civis, a transação penal e a suspensão condicional do processo.

Julgue os itens a seguir conforme a Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

111 É possível submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, sem que isso configure crime de abuso de autoridade.

112 Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade não podem ser imputados a nenhum membro do CNMP, pois estes possuem estatuto próprio, aplicando-se, portanto, o princípio da especialidade.

Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue os itens subsecutivos, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

113 Condutas homofóbicas e transfóbicas podem configurar crimes abrangidos pela referida lei.

114 A injúria racial configura prática de racismo e, portanto, é uma infração penal inafiançável e imprescritível.

115 Um garçom que se recuse a atender determinado cliente por este ser nordestino pratica crime previsto na citada lei.

116 É atípica a conduta de injuriar alguém, em razão da sua procedência nacional, no contexto de uma piada, com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Com base no Estatuto da Pessoa Idosa, na Lei n.º 5.553/1968, que dispõe sobre a apresentação e o uso de documentos de identificação pessoal, e na Lei n.º 10.048/2000, referente à prioridade de atendimento, julgue os itens que se seguem.

117 O Estatuto da Pessoa Idosa prevê procedimento exclusivo para o processamento dos crimes nele previstos.

118 Embora as pessoas com deficiência, os idosos, as gestantes e as pessoas obesas tenham direito ao atendimento prioritário em órgãos públicos, seus acompanhantes somente poderão ser atendidos após o atendimento da última pessoa que tenha o direito de prioridade.

119 Não configura crime o fato de instituição financeira negar à pessoa idosa crédito por motivo de superendividamento.

120 O agente público responsável pela segurança institucional no âmbito do CNMP poderá reter o documento de identidade de particular, quando do ingresso deste no órgão, se tiver dúvidas quanto à sua autenticidade.

Espaço livre